

## Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

### INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

#### Diretor

*Mariano Francisco Laplane*

#### Diretor Associado

*Claudio Schüller Maciel*

#### Direção Executiva do CESIT

*José Dari Krein*

*Anselmo Luiz dos Santos*

#### Conselho Editorial

*Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

*José Carlos de Souza Braga*

*Marcio Percival Alves Pinto*

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

#### Editores

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Denis Maracci Gimenez*

#### Membros do CESIT

*Adriana Nunes*

*Alessandro Cesar Ortuso*

*Alexandre Gori Maia*

*Amilton José Moretto*

*Anselmo Luis dos Santos*

*Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

*Carlos Salas Paez*

*Daniel de Mattos Hofling*

*Davi José Nardy Antunes*

*Denis Maracci Gimenez*

*Eugênia Troncoso Leone*

*Geraldo Di Giovanni*

*José Dari Krein*

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Magda Barros Biavaski*

*Marcelo Weishaupt Proni*

*Márcio Pochmann (Licenciado)*

*Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)*

*Maria Alejandra Caporale Madi*

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy*

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

*Sônia Tomazini (Licenciada)*

*Waldir José de Quadros*

*Walter Barelli*

*Wilnês Henrique (Licenciada)*

#### Apoio Administrativo

*Susete R. C. Ribeiro*

*Layzi Estefany*

#### Projeto Visual e Editoração Eletrônica

*Célia Maria Passarelli*

#### CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP

Telefone: 55 – 19 – 3521-5720

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

### SUMÁRIO

#### APRESENTAÇÃO

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Denis Maracci Gimenez* ..... 1

#### PARTE I – ARTIGOS

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

Atividade econômica no Brasil e mercado  
de trabalho nas metrópoles ..... 4

*Waldir José de Quadros*

Avanços sociais no período 2004-2008 ..... 10

*Júlio Sérgio Gomes de Almeida*

Como o Brasil superou a crise ..... 15

#### PARTE II – RESENHAS

LIVRO: Patrick Artus e Marie-Paule Virard

*Est-il trop tard pour sauver l'Amérique?*

Paris: Le Monde / La Découverte, 2009.

por *Alessandro Cesar Ortuso* ..... 20

## APRESENTAÇÃO

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Denis Maracci Gimenez*

(Editores)

Entre 1930 e 1980, a economia brasileira foi uma das mais dinâmicas do mundo. Tal dinamismo transformou a economia, a estrutura social e o mercado de trabalho do país, produzindo uma sociedade urbana industrial. Nas décadas seguintes, seja sobre os efeitos do estrangulamento externo nos anos 80, seja por conta da inserção passiva na ordem liberal internacional nos anos 90, o país perdeu o caminho do desenvolvimento econômico, o que criou enormes dificuldades para o encaminhamento das questões fundamentais da vida nacional, a despeito do fim do regime militar e da luta política a partir da abertura democrática.

Todavia, num cenário internacional em profunda transformação e favorável ao país, o Brasil retomou a capacidade de crescimento de sua economia a partir de 2004. Tal retomada mostrou-se fundamental para a melhoria de uma série de indicadores sociais e do mercado de trabalho no período recente e, ao mesmo tempo, explicitou a necessidade da sustentação do crescimento no longo prazo para fazer frente aos desafios colocados para construção de um país mais justo, que consiga prover o bem-estar social para os seus cidadãos.

A crise internacional que eclodiu no segundo semestre de 2008, depois da derrocada do Banco Lehman Brothers nos Estados Unidos, interrompeu o processo de retomada do crescimento da economia brasileira, que saiu de um ritmo superior a 5% em 2008 para uma queda do produto de 0,2% em 2009, com evidentes impactos sobre as condições sociais e do mercado de trabalho nacional.

Neste quadro de crise internacional, com seus reflexos no Brasil, o CESIT completou vinte anos de existência em 2009. O principal evento comemorativo das duas décadas de existência do Centro foi o seminário *CESIT 20 anos – Desenvolvimento e Trabalho no Brasil*, realizado em dezembro de 2009. A partir das discussões ocorridas no evento, o CESIT reafirmou os seus compromissos com o desenvolvimento nacional, com a melhor estruturação das políticas públicas, melhor organização do mercado de trabalho e redução das desigualdades no país.

Várias atividades e pesquisas foram planejadas para o ano de 2010 com o objetivo de discutir tais temas, tendo como eixo as potencialidades do Brasil para os anos vindouros, os esforços e desafios para a superação da crise atual.

Sendo a *Carta Social e do Trabalho* o espaço de divulgação das atividades, discussões e produção do CESIT, esta edição traz três artigos que tratam da situação do mercado de trabalho brasileiro, da estrutura social do país e dos esforços para a superação da crise econômica. Guardadas as peculiaridades temáticas, os três trabalhos tratam da crise atual e de seus efeitos, considerando o período anterior (2004-2008) de crescimento econômico, bom desempenho do mercado de trabalho e melhoria da estrutura social.

Sobre a situação do mercado de trabalho no Brasil, o artigo “*Atividade econômica no Brasil e mercado de trabalho nas metrópoles*” de Paulo Baltar, procura discutir o impacto da crise sobre o mercado de trabalho nas metrópoles brasileiras. Baltar aponta que o país sofreu importante impacto da crise, mas que “o efeito da crise mundial sobre as metrópoles foi mais no sentido de interromper a melhora no mercado de trabalho do que começar um retrocesso dos avanços anteriores”.

Waldir Quadros em “*Avanços sociais 2004-2008*” procura qualificar as melhorias observadas na estrutura social brasileira no período recente. Afirma que “o dinamismo econômico e social deste período mais recente destoa enormemente do que vinha acontecendo até então”. Quadros observa que em comparação a outros ciclos de crescimento desde os anos 80, “o traço distintivo do período recente reside na mais expressiva retração da camada de miseráveis, com o correspondente avanço da massa trabalhadora e, sobretudo, da baixa classe média. Ou seja, verifica-se uma significativa melhora na base da pirâmide social. Ao mesmo tempo, destaca que a despeito dessas melhorias, a persistência de elevadas taxas de desemprego é um indicador dos limites de um período relativamente curto de crescimento frente aos problemas sociais do país.

Em “*Como o Brasil saiu da crise*”, Júlio Sérgio Gomes de Almeida afirma que “o declínio de 0,2% do PIB brasileiro no ano passado foi indicativo da força de uma economia que a despeito de ter acionado poucos mecanismos anticíclicos relativamente a outros países, evitou uma recessão mais profunda”. A remoção da vulnerabilidade externa, a maior solidez das contas públicas e do endividamento do setor público, a preservação das instituições financeiras do país, assim como a aplicação de políticas anticíclicas pelo poder público, são fatores indicados pelo autor para a rápida saída do país da recessão de 2009. A partir desse quadro, Gomes de Almeida discute o papel de cada um dos principais instrumentos utilizados pelo governo brasileiro para fazer frente a crise, particularmente a importância dos bancos públicos na sustentação do crédito e dos mecanismos fiscais. Esse trabalho foi indicado aos participantes do primeiro Seminário do CESIT – 2010, cujo tema foi “Condições gerais da economia brasileira e suas potencialidades”, realizado no início de abril.

Por fim, nesta edição da *Carta*, abrimos um novo espaço para a publicação de Resenhas. O objetivo é divulgar e expor, de forma sucinta, obras de interesse coletivo sobre temas contemporâneos.

A primeira resenha apresentada na *Carta* traz o tema da crise atual e seus reflexos econômicos e sociais. Feita por Alessandro Cesar Ortuso sobre o livro de Patrick Artus e Marie-Paule Virard, "*Est-il trop tard pour sauver l'amerique?*", o trabalho aponta que Artus e Virard desenvolvem, de forma sucinta, uma excelente reflexão sobre a situação atual dos Estados Unidos e dos desafios do país, particularmente do presidente Barack Obama, frente a maior crise econômica desde a década de 1930 e a expansão do poder chinês no mundo.

## ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL E MERCADO DE TRABALHO NAS METRÓPOLES

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*<sup>1</sup>

A crise mundial interrompeu a retomada do crescimento econômico que vinha ocorrendo no Brasil desde 2004. O PIB cresceu 5,7% em 2004, 3,2% em 2005, 4% em 2006, 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008. É possível perceber, nas Contas Nacionais, os efeitos da crise sobre a atividade econômica no país, desde Setembro de 2008. No último trimestre deste ano, o PIB diminuiu 3,6% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Comparativamente aos trimestres equivalentes de 2007, o crescimento da economia brasileira teria desacelerado, passando de 7,8% no terceiro trimestre para 1,3% no quarto trimestre de 2008, uma diferença de ritmo de crescimento de 6,5 pontos percentuais.

Nos primeiros três meses de 2009, o PIB voltou a cair 1,4% na comparação com o último trimestre de 2008, caracterizando uma recessão da economia brasileira, definida como a queda consecutiva do PIB por dois trimestres seguidos. Na comparação com o primeiro trimestre de 2008, o PIB caiu 1,8%. Já no segundo trimestre de 2009, o PIB aumentou 2%, em relação ao trimestre anterior, mas foi 1,4% menor que o do segundo trimestre de 2008. Devido ao padrão sazonal da distribuição da atividade da economia brasileira ao longo do ano, o segundo trimestre é sempre melhor que o primeiro, mas a interrupção da queda trimestral do PIB também traduz os primeiros efeitos das medidas do governo para evitar a continuação da retração da atividade econômica.

De fato, é possível constatar um grande empenho do governo e com razoável eficácia, no sentido de evitar que o PIB de 2009 seja significativamente menor que o de 2008. Esta comparação tem um significado importante. Em primeiro lugar, porque desde a década de 1930, o PIB anual diminuiu somente em 1981 (-4,5%), em 1983 (-2,9%) e em 1990 (-4,4%), tendo sido praticamente o mesmo do ano anterior em 1988 (-0,1%), em 1992 (-0,5%), em 1998 (0,0%) e em 1999 (0,3%). Em segundo lugar, porque diante de uma crise mundial de tamanha envergadura, se o governo fosse capaz de evitar uma queda significativa da atividade econômica anual, daria uma demonstração de que o crescimento dos anos anteriores não teria sido simplesmente o resultado de uma situação mundial extremamente favorável ao desempenho da economia brasileira, muito pelo contrário, essas circunstâncias teriam sido bem aproveitadas para enquadrar melhor a trajetória da economia brasileira, desde que esta teve seu rumo redefinido pelas reformas da década de 1990 que reduziram o peso do setor público e impulsionaram a abertura

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CESIT.

comercial e financeira da economia nacional. Uma avaliação neste sentido precisa examinar melhor o que estava acontecendo na economia brasileira em 2007-2008 e as perspectivas de continuidade, não fosse a crise que de fato abateu a economia mundial.

O impacto da crise mundial no Brasil começou com o colapso do sistema de crédito internacional, depois da bancarrota do Lehman Brothers. Os empréstimos internacionais equivalem a 10% dos empréstimos realizados no país ao longo do ano, mas os efeitos de sua paralisação no desempenho da economia brasileira foram muito fortes, por causa de seu papel estratégico para os exportadores, sendo que as exportações se tornaram fundamentais para o desempenho da economia, particularmente depois de sua inserção na globalização.

A influência da exportação, na determinação do ritmo de atividade da economia, não decorre apenas de sua magnitude como componente da demanda efetiva. A esse respeito, a retomada do crescimento depois de 2003, começou com as exportações. Apesar da valorização do real, o peso nominal das exportações na demanda efetiva (a soma de consumo das famílias e do governo, investimento e exportação), aumentou de 12,7% para 14,9%, entre 2002 e 2004, traduzindo a intensidade do aumento das exportações. As importações cresceram menos que as exportações e, o saldo comercial, passou de 1,6% para 4,0% do PIB, no mesmo período. Desde então, as importações têm crescido mais que as exportações e o saldo comercial, como fração do PIB, parou de aumentar e começou a diminuir - primeiro lentamente e depois rapidamente com a aceleração do crescimento do PIB -, comandado pelo consumo de bens duráveis e pelo investimento, repercutindo fortemente nas importações. O saldo comercial passou de 4% do PIB para 3,7% em 2005, 2,9% em 2006, 1,5% em 2007 e 0,1% em 2008. A relação nominal entre importação e demanda efetiva oscilou entre 11,4% e 10,3%, mas atingiu 12,4% em 2008, antes de a crise mundial afetar a economia brasileira. A intensa repercussão do crescimento da demanda efetiva sobre as importações decorre do alto conteúdo de importação do consumo de bens duráveis e do investimento. Muitas máquinas e equipamentos, principalmente as tecnologicamente mais sofisticadas são importadas, bem como os componentes também mais sofisticados dos bens de consumo durável.

O aumento do saldo comercial logrado desde 2003 foi importante não somente por seu efeito direto na atividade econômica, mas também, e principalmente, porque foi mais do que suficiente para cobrir o déficit do lado financeiro da conta corrente do balanço de pagamento, melhorando sensivelmente a posição do país na relação financeira com os demais países. Esta melhora na posição financeira do país aparece na relação entre, de um lado, a dívida externa e, de outro, as reservas internacionais. Os superávits de conta corrente por vários anos sucessivos tornaram a dívida externa pequena em relação às reservas internacionais. Entretanto, a soma dos superávits de conta corrente de 2003 a

2007, totalizou 45,0 bilhões de dólares, enquanto a soma dos resultados do balanço de pagamento foi de 133,1 bilhões de dólares. Ou seja, teria havido, nesses cinco anos, uma acumulação de reservas internacionais da ordem de 133 bilhões de dólares. Mas o saldo positivo de conta corrente foi responsável por somente a terceira parte dessa acumulação de reservas, sendo as outras duas terceiras partes restantes resultado da entrada de capital. A composição da entrada de capital desses cinco anos destaca o investimento de carteira de aplicações e o investimento direto das empresas multinacionais, já que os outros investimentos, onde sobressaem empréstimos e financiamentos, a soma dos saldos negativos de 2003 a 2005 foi maior do que a soma dos saldos positivos de 2006-2007. Por sua vez, a soma positiva dos saldos de aplicações em carteira foi maior do que a dos investimentos diretos, em 28,6%. Deste modo, a dívida externa do país diminuiu em 2003-2007, mas o passivo externo aumentou e não tanto com o investimento direto das multinacionais, apostando no crescimento da economia nacional quanto com aplicações no mercado financeiro doméstico, em ações da bolsa de valores e em títulos de dívida públicos e privados.

O crescimento do PIB, não obstante, foi relativamente intenso, em 2007 e 2008, e ao ter ocorrido com inflação sob controle, saldo de comércio positivo e relação declinante entre dívida externa e reservas internacionais, criou um ambiente propício para expectativas de continuidade daquele crescimento. Este ambiente favoreceu o investimento das empresas e o empréstimo dos bancos. Em relação ao PIB, o crédito passou de 25% para 40% e a liderança do crescimento que começou com a exportação, se deslocou para a ampliação do consumo de bens duráveis e do investimento. A intensidade da importação, entretanto, reduziu progressivamente a magnitude do saldo comercial, mesmo com altos preços das *commodities* beneficiando a exportação. Assim, em 2007, praticamente desapareceu o superávit de conta corrente e, em 2008, o déficit foi de 28,2 bilhões de dólares. O superávit de comércio que tinha alcançado 44,7 bilhões de dólares, em 2005, diminuiu para 24,7 bilhões, em 2008, sendo que neste ano o déficit de serviço foi de 16,6 bilhões e o déficit de renda financeira de 40,5 bilhões. O déficit de conta corrente de 2008 foi mais do que coberto pela entrada de capital, mas sua repetição em anos sucessivos provavelmente iria minando o ambiente favorável às perspectivas de continuidade do crescimento. A crise mundial, no entanto, interrompeu bruscamente aquele crescimento.

A situação econômica nacional, de fato, mudou com o colapso do crédito internacional em Setembro de 2008. A interrupção dos empréstimos internacionais prejudicou especialmente as empresas exportadoras que vinham compensando os efeitos do baixo preço do dólar sobre a receita da exportação, com os ganhos decorrentes do acesso privilegiado a empréstimos internacionais, pagando juros bem menores do que os vigentes nos empréstimos em moeda nacional. A crise mundial reduziu os preços das

*commodities*, elevou o preço do dólar e os exportadores com aplicações financeiras que pressupunham a continuidade do baixo preço do dólar tiveram pesadas perdas.

A queda da exportação precipitou a redefinição das expectativas de empresas e de bancos em relação às perspectivas para a economia brasileira, atingindo o investimento, o crédito doméstico e o consumo de bens duráveis. Quedas de exportação, investimento e consumo de bens duráveis abalaram a produção e o emprego industriais. Segundo as contratações e os desligamentos registrados pelo CAGED, o emprego formal na indústria de transformação teria diminuído 6% entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2009 e voltando a diminuir 0,5% desde este último mês a Junho de 2009. No mesmo período do ano anterior, de crescimento relativamente intenso da produção industrial, o emprego formal da indústria teria aumentado 5,1% entre Setembro e Fevereiro e 2,9% desde Fevereiro a Junho. Assim, comparando Setembro com Junho, o emprego industrial formal teria aumentado 6,8% em 2007-2008 e diminuído 6,3% em 2008-2009.

Outros setores da atividade econômica não foram tão afetados pela crise mundial como o foi a indústria de transformação. Assim, no comércio, as contratações e desligamentos do CAGED indicam que o emprego formal de Fevereiro de 2009 foi 0,8% maior que o de Setembro de 2008. Na comparação com este último mês, o emprego formal do comércio teria sido 1,2% maior em Junho de 2009, sendo que em Junho de 2008 teria sido 10,9% maior que o de Setembro de 2007. Para o conjunto de todos os setores da atividade econômica e na comparação Setembro-Junho, o CAGED informa que o emprego formal aumentou 9,6% em 2007-2008 e diminuiu 1,1% em 2008-2009.

Não se dispõe ainda de dados globais de estoques sobre mercado de trabalho para o conjunto do país. Nas seis principais metrópoles (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre) a PME mostra como a situação mudou desde Setembro de 2008. Os dados, porém, devem ser examinados sabendo que todo ano ocorre intensa variação sazonal na taxa de participação da população na atividade econômica o que influi nos principais resultados do mercado de trabalho. No conjunto das seis regiões metropolitanas, a relação entre PEA e PIA é maior nos meses de Agosto a Novembro do que nos demais meses do ano. A comparação dos meses de Setembro e Junho, de 2007 a 2009, consegue dar indicações do que ocorreu no mercado de trabalho das metrópoles no auge do crescimento e depois que a crise mundial atingiu o Brasil, interrompendo bruscamente aquele crescimento.

O crescimento da economia brasileira melhorou a situação do mercado de trabalho para os residentes nas metrópoles. O peso do mercado de trabalho na absorção da população pouco se modificou, mas a taxa de desemprego diminuiu e aumentou o grau de formalização dos contratos de trabalho (Tabela 1). Os números para o mês de Setembro mostram que o mercado de trabalho absorvia 77% da PEA em 2003 e 78% em 2008, mas a taxa de participação passou de 58% para 57,5%, no mesmo período. Comparando o

total de empregados e desempregados com a população com mais de dez anos de idade, esta relação continua em 45%, a mesma de 2003 em 2008, O mercado de trabalho, entretanto, melhorou de desempenho com a taxa de desemprego diminuindo de 17% para 10% e o grau de formalização dos contratos de trabalho aumentando de 70% para 73,5%. O crescimento da economia fez o mercado de trabalho se ampliar no ritmo da população com idade ativa, mas o desemprego diminuiu e aumentou a proporção de empregos com contrato de trabalho explicitado corretamente, em conformidade com a legislação. Não obstante, ainda é muito grande a proporção de desempregados, mesmo tratando-se de um mercado de trabalho com elevada rotatividade da mão de obra. Não é tampouco tranquilizador saber que para uma quarta parte dos empregados os contratos de trabalho não respeitam a legislação e que mais de 20% da população ativa está fora do mercado de trabalho. Seria preciso um crescimento vigoroso da economia ao longo de muitos outros anos e uma maior vigilância das autoridades sobre o cumprimento da lei, para continuar melhorando a situação do mercado de trabalho.

Tabela 1 – Mercado de Trabalho Metropolitano 2003-2009

	Taxa de Participação (A)	Mercado de Trabalho (B)	Taxa de Desemprego (C)	Grau de Formalização (D)	F=A * B
Junho 03	57.3	76.8	16.9	70.1	44.0
Setembro 03	58.2	76.8	16.9	69.6	44.7
Junho 04	57.1	76.8	15.3	69.3	43.9
Setembro 04	57.8	76.4	14.3	69.0	44.2
Junho 05	56.4	77.2	12.2	70.0	43.5
Setembro 05	57.0	77.0	12.6	70.1	43.9
Junho 06	56.8	77.5	13.5	71.2	44.0
Setembro 06	57.8	77.9	12.8	70.5	45.0
Junho 07	56.8	78.2	12.6	72.1	44.4
Setembro 07	57.5	77.5	11.6	72.7	44.6
Junho 08	57.1	77.7	10.1	74.0	44.4
Setembro 08	57.4	78.0	9.8	73.5	44.8
Junho 09	56.4	78.2	10.4	75.2	44.0

Observações: **A**= PEA/PIA; **B**=(EMP+DES)/PEA; **C**=DES/(EMP+DES); **D**=EMPFOR/EMP; **F**=(EMP+DES)/PIA

Fonte: PME.

A comparação dos dados da PME de Junho de 2009 com os do mesmo mês do ano anterior mostra que o efeito da crise mundial sobre as metrópoles foi mais no sentido de interromper a melhora no mercado de trabalho do que começar uma retrocesso dos avanços anteriores. A relação entre o total de empregados e desempregados e a população com idade ativa, naquele mês do ano, que tinha aumentado anteriormente, de 44% para 44,5%, voltou para 44%, mas a taxa de desemprego e o grau de formalização dos contratos de trabalho pouco se modificaram. Além disso, convém recordar que pela CAGED e para a totalidade do país, o

emprego celetista de junho de 2009 superou o do mesmo mês do ano anterior em 1,2%. Entre esses dois momentos, os empregos celetistas aumentaram em 2,4% de Junho a Setembro, diminuíram em 2,5% de Outubro a Janeiro e aumentaram em 1,2% de Fevereiro a Junho.

É plausível que o PIB não venha a diminuir significativamente em 2009 e que volte a aumentar moderadamente em 2010. Diante da magnitude da crise mundial se trata de um resultado amplamente positivo. Para o mercado de trabalho, entretanto, a questão é retomar a recente melhora em base mais sustentada. Isto requer criar condições para ter crescimento tão ou mais vigoroso e continuado do que o de 2007-2008. Essa experiência de crescimento recente mostrou o quanto foi importante o comércio com outros países, num quadro de ampla liberdade de relacionamento comercial e financeiro. Na suposição de que as características básicas deste quadro não serão modificadas, entre as condições para se ter um crescimento intenso e continuado, ressalta a repetição de superávits de comércio capazes de compensar uma parte expressiva dos déficits de serviço e de renda financeira, para evitar a repetição de expressivos déficits de conta corrente do balanço de pagamentos.

## AVANÇOS SOCIAIS NO PERÍODO 2004-2008

*Waldir Quadros*<sup>1</sup>

No período 2004-2008 tivemos no Brasil uma conjunção de fatores positivos que promoveu importantes melhorias sociais.

Certamente o crescimento do PIB a taxas mais robustas é o aspecto decisivo. Porém, a forte recuperação no valor real do salário mínimo é igualmente relevante. Em primeiro lugar, pelos impactos nos salários de base, reforçados pelo expressivo avanço do trabalho com carteira. Em segundo, por suas significativas repercussões previdenciárias, com destaque para aposentadoria rural e benefícios de prestação continuada (BPC).

Da mesma forma, a expansão dos programas de transferência de renda (Bolsa Família, BPC e outros) também contribuiu para estas melhorias ao oferecer importante ajuda aos segmentos mais vulneráveis da população.

Se os aumentos do salário mínimo e a ampliação das políticas redistributivas resultaram de decisão governamental, a retomada do crescimento econômico, por sua vez, foi muito mais “passiva”, em grande medida refletindo o dinamismo da economia mundial.

Na verdade, em nosso entendimento, ela ocorreu “apesar” da orientação conservadora na condução da política monetária (juros elevados) e cambial (dólar barato). Não é por outra razão que nossas taxas de crescimento estão entre as mais baixas dos países emergentes. E também que as preocupantes lacunas nas cadeias produtivas industriais não tenham sido recompostas significativamente.

De qualquer forma, o dinamismo econômico e social deste período mais recente destoa enormemente do que vinha acontecendo até então. E o exame do comportamento da estrutura social é uma das formas de observarmos, em termos panorâmicos, seus impactos no conjunto da sociedade.

É o que apresentamos a seguir tomando como base os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Ainda que a última PNAD disponível seja a de 2007, a tendência de avanços observada até esta data deverá se manter em 2008.

---

<sup>1</sup> Professor colaborador do CESIT – Centro de Estudo Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

A Tabela 1 apresenta a evolução da estrutura social no cenário mais geral de estagnação produtiva e social que se instaura no Brasil com o desfalecimento do padrão de crescimento que vigorou no período 1930-80.

Tabela 1 – Estratificação social da população  
Metodologia: membro melhor remunerado<sup>(1)</sup> Brasil<sup>(2)</sup>

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Indigentes
1981	8,3	13,2	36,4	25,3	15,5	1,2
1982	9,2	12,7	35,1	26,3	15,6	1,2
1983	6,9	12,0	28,0	27,4	24,4	1,4
1984	6,3	10,9	29,3	28,2	24,2	1,2
1985	8,5	12,9	31,2	29,3	17,1	0,9
1986	13,7	18,0	36,0	23,1	8,3	0,9
1987	9,3	13,5	32,0	24,7	19,4	1,1
1988	8,5	11,4	29,0	25,4	24,5	1,1
1989	10,6	13,1	28,3	23,8	22,9	1,3
1990	8,6	12,3	30,5	22,5	24,6	1,5
1992	5,9	11,0	28,2	27,5	25,7	1,8
1993	6,6	10,3	27,0	26,1	28,1	1,9
1995	9,3	12,5	30,3	26,6	19,3	2,1
1996	10,0	12,5	31,7	23,0	20,5	2,3
1997	8,6	13,6	29,0	24,4	21,9	2,4
1998	8,6	13,8	29,4	24,6	21,2	2,4
1999	8,0	11,6	31,5	25,6	20,8	2,5
2001	7,9	11,5	30,0	27,1	20,7	2,8
2002	7,2	11,0	29,6	28,4	21,5	2,3
2003	6,8	9,7	30,3	28,4	22,4	2,4
2004	6,4	10,3	29,4	30,7	21,1	2,0
2005	7,0	11,1	33,2	36,7	10,1	1,9
2006	7,8	11,9	34,7	34,4	9,6	1,7
2007	8,2	13,0	36,0	32,6	8,3	1,8

(1) As famílias são classificadas a partir da posição social do seu membro melhor remunerado. Tanto os critérios de estratificação individual como familiar são apresentados de forma completa em <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto147.pdf> – A evolução da estrutura social brasileira – notas metodológicas.

(2) Para compatibilizar a série de dados desde 1981, neste estudo não incluímos o norte rural que passou a ser contemplado pela PNAD a partir de 2004.

Fonte: PNAD/IBGE.

Ao longo do período pós 1980, em que não se logrou a implantação das bases para a retomada do crescimento sustentado, ocorreram três ciclos de crescimento econômico mais expressivo: em 1984-87 com uma expansão do PIB de 6,1% ao ano, em 1993-97 com 4,0% a.a. e agora em 2004-08 com 4,7% a.a.

Uma rápida comparação da performance social nestes três momentos revela que o traço distintivo do período recente reside na mais expressiva retração da camada de

miseráveis, com o correspondente avanço da massa trabalhadora e, sobretudo, da baixa classe média. Ou seja, verifica-se uma significativa melhora na base da pirâmide social.<sup>2</sup>

Este comportamento bem mais favorável da estrutura social, entretanto, não foi acompanhado de igual performance no que se refere ao desemprego.

De fato, a Tabela 2 revela que as taxas nacionais de desemprego recuaram muito pouco no período 2002-2007, ainda que nas regiões metropolitanas o desempenho tenha sido melhor.<sup>3</sup>

Por outro lado, a Tabela 3 registra a preocupante circunstância de que em 2007 67% dos desocupados encontravam-se nas famílias da baixa classe média e da massa trabalhadora. Ou seja, justamente nas duas camadas que mais cresceram ao longo deste ciclo de dinamismo.

Sem dúvida esta situação aponta para um quadro de séria vulnerabilidade social no cenário atual de queda expressiva no crescimento econômico, com o previsível agravamento do desemprego e retração dos rendimentos.

A profundidade deste retrocesso e seu impacto na estrutura social dependem do alcance das medidas anticíclicas do governo federal. Neste sentido é importante registrar que, se inicialmente o governo parece ter subestimado a gravidade da crise, num segundo momento passou a enfrentar a situação com mais determinação.

Basta citar o programa de construção de moradias populares, a ação dos bancos públicos na expansão do crédito e as expressivas isenções tributárias, chegando mesmo a reduzir as metas do superávit primário para pagar os juros da dívida pública como forma de assegurar a expansão dos gastos públicos.

Tabela 2 – Taxas de desemprego <sup>(1)</sup>  
Porcentagem da População Economicamente Ativa

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
A – Metrôpoles	14,6	15,2	14,0	13,9	13,0	11,9
A – Demais localidades	10,2	10,6	9,1	9,9	9,1	8,9
B – Metrôpoles	18,6	19,0	18,4	18,5	17,7	16,6
B – Demais localidades	10,7	11,3	9,4	11,1	9,8	10,0
C	9,1	9,4	9,4	9,9	9,7	8,9
Total Brasil	11,7	12,2	11,1	11,7	10,9	10,3

(1) Tempo de procura: 2 meses.

Região A: Distrito Federal e os estados do sudeste e sul;

Região B: estados do norte (áreas não rurais) e centro oeste, além das 3 metrôpoles do nordeste;

Região C: “interior” dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, além do total dos estados de Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Fonte: PNAD/IBGE.

<sup>2</sup> A análise mais circunstanciada deste desempenho encontra-se no Texto para Discussão, n. 148 – A evolução recente da estrutura social brasileira. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto148.pdf>.

<sup>3</sup> Cf. <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto156.pdf>. Texto para Discussão, n. 156 – Perfil social do desemprego recente.

Tabela 3 – Composição social dos desocupados - Brasil

Estratos Sociais	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alta classe média	4,4	3,7	3,2	3,9	4,3	4,6
Média classe média	8,4	7,4	7,2	8,5	8,8	9,9
Baixa classe média	26,7	26,5	26,3	29,9	31,0	33,5
Massa trabalhadora	27,7	27,4	30,2	36,9	35,5	33,2
Miseráveis	22,4	24,2	23,8	12,1	12,5	10,6
Indigentes	10,3	10,7	9,3	8,7	7,8	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Como já mencionamos anteriormente, este ciclo de crescimento que se encerra no final de 2008 é o terceiro desde a crise do padrão de crescimento vigente no período 1930-1980.

Assim sendo, poderíamos esperar que, tal como das outras vezes, retornaríamos agora ao cenário de estagnação econômica e retrocesso social até que surgissem novamente as condições para um novo ciclo curto de crescimento.

Atualmente, no entanto, as perspectivas para o futuro imediato são bastante distintas e bem mais promissoras. O principal diferencial localiza-se na ampla e profunda crise que atinge com maior severidade os países centrais e abala as bases do sistema financeiro internacional.

A implosão das estruturas da globalização financeira desregulada abre um espaço há muito tempo não visto para países da periferia que se encontram em condições de deslanchar processos nacionais de desenvolvimento.

É o que se verifica no Brasil. Em primeiro lugar porque, apesar dos sérios retrocessos na nossa estrutura industrial, ainda dispomos de uma respeitável base para recuperarmos os buracos nas cadeias produtivas e impulsionar a reconstrução na direção dos avanços tecnológicos produzidos pela III Revolução.

Os recursos estratégicos para implementar uma arrojada política industrial à altura desta empreitada poderão ser viabilizados pelo destacado papel que assumimos como exportador de commodities e pela retomada das exportações de manufaturados com maior conteúdo tecnológico. Neste sentido, ressalta-se o significado das enormes reservas petrolíferas do Pré-sal, que nos capacita assumir um posto muito relevante de exportador de derivados, num cenário de reservas mundiais declinantes e preços crescentes.

Também são relevantes os significativos avanços na integração regional latino-americana e na inserção internacional. Outro ponto positivo diante da inadiável atenção ambiental é nossa matriz energética e o enorme potencial hidráulico, de bioenergia e energia solar.

Com certeza possuímos enormes potencialidades estruturais de desenvolvimento nos marcos da economia mundial, particularmente quando ela voltar a crescer de forma expressiva. Assim sendo, está à disposição da sociedade brasileira a possibilidade de reconquistar um padrão de crescimento autônomo e significativo. O que nos permitiria construir uma nação moderna, civilizada e ambientalmente saudável. Para tanto, um dos pré-requisitos fundamentais reside na reconstrução do Estado Nacional e de seus serviços sociais – educação, saúde, habitação, transporte, segurança e etc. Sem falar na urgente reconstrução da infra-estrutura econômica.

O maior desafio é assegurarmos condições políticas e coesão social indispensáveis a um projeto desta envergadura.

## COMO O BRASIL SUPEROU A CRISE<sup>1</sup>

*Julio Gomes de Almeida<sup>2</sup>*

O declínio de 0,2% do PIB brasileiro no ano passado foi indicativo da força de uma economia que a despeito de ter acionado poucos mecanismos anticíclicos relativamente a outros países, evitou uma recessão mais profunda. Na base do êxito do Brasil em lidar com a maior crise desde a grande depressão de 1929 estão a remoção da vulnerabilidade externa mediante a acumulação de reservas que às vésperas da crise chegavam a quase US\$ 200 bilhões, a maior solidez das contas públicas e do endividamento do setor público e a contaminação zero das instituições financeiras do país com os ativos “tóxicos” que notabilizaram o boom financeiro internacional e que sofreriam forte desvalorização com a crise.

Foi também relevante a aplicação de políticas anticíclicas pelo poder público. Mas, no que diz respeito ao esforço fiscal que tanta importância teve no enfrentamento da crise pelos países de economia desenvolvida e destacados países em desenvolvimento, este limitou-se no caso brasileiro talvez, a 1% do PIB, por renúncia de impostos do governo federal na compra de bens duráveis como automóveis, materiais de construção, linha branca e móveis, e atrasos de recebimentos que fizeram do governo um financiador de última instância para empresas com dificuldades de acesso ao crédito.

Por outro lado, a redução de juros entrou em cena muito tarde, tendo ocorrido apenas em janeiro de 2009 a primeira redução da taxa básica, enquanto o agravamento da crise externa teve lugar, de forma dramática, em setembro de 2008. A taxa Selic cairia de 13,75% ao ano para 8,75% ao ano entre janeiro e julho de 2009. Como há um intervalo de tempo entre a queda da taxa básica de juros e seus efeitos na atividade real, provavelmente a política de juros acelerou a recuperação da economia quando esta já estava em curso, vale dizer, em meados de 2009, sem ter sido em si um antídoto à crise ou um mecanismo promotor da reativação.

O governo lançaria mão de medidas de aumento da liquidez na economia, com a liberação entre fins de setembro de 2008 e início de 2009 de R\$ 100 bilhões que antes os bancos recolhiam compulsoriamente ao Banco Central. Juntamente com uma ação deliberada de política bancária comandada pelo comando econômico do país para evitar uma crise nos bancos de menor porte, na qual instituições públicas adquiriram participações e compraram carteiras de crédito de bancos em dificuldades, a medida de

<sup>1</sup> Publicado originalmente em [www.terramagazine.terra.com.br](http://www.terramagazine.terra.com.br), em 30 de março de 2010.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

aumento de liquidez foi relevante, pois abortou a possibilidade de corrida bancária ou de dúvidas sobre a situação de liquidez dos bancos brasileiros.

Estes vinham promovendo uma enorme evolução do crédito para pessoas físicas e, sobretudo, para pessoas jurídicas, tendo por base em ambos os casos o alargamento dos prazos dos financiamentos, sem contrapartida de ampliação de prazos do lado da captação de recursos. Para se ter ideia do boom de crédito que se desenvolvia na economia no momento anterior à crise internacional, basta observar que em setembro de 2008 o crédito crescia 45% e 17,9%, respectivamente, para pessoas jurídicas e pessoas físicas, na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Dada a onda de dúvidas e incertezas que se instaurou quando explodiu a crise internacional, esse intenso crescimento dos financiamentos e o descasamento de prazos que o acompanhava, transformou-se em fator de elevação do risco dos bancos mais alavancados e expostos a captações no interbancário e junto a fundos de investimentos e a grandes empresas. A incerteza se agravaria à medida que iam se tornando públicos os elevados montantes de empréstimos a empresas concedidos em operações casadas com aplicações em mercados futuros de câmbio nas quais as empresas assumiram riscos cambiais. Com a desvalorização do Real foram gerados vultosos prejuízos em muitas empresas brasileiras, o que em setores como o de celulose, alimentos processados e açúcar e álcool levou a quebras de empresas nacionais de porte. No contexto internacional adverso que afugentava potenciais compradores estrangeiros e, dado um apoio financeiro redobrado concedido pela agência brasileira de financiamento, o BNDES, os grandes grupos nacionais foram os principais absorvedores das empresas em crise.

A propósito, o apoio financeiro do BNDES também foi relevante para viabilizar a compra de empresas no exterior por parte de empresas nacionais e por financiar absorções ou associações entre empresas nacionais. Com isso, em vários segmentos da atividade econômica emergiram da crise grupos nacionais com muito maior porte e poderio financeiro. Essa consequência da crise poderá vir a condicionar positivamente em um futuro próximo a inserção de empresas brasileiras no exterior e sua capacidade inovadora, dois traços que as empresas nacionais, sabidamente, deixam a desejar.

As medidas na área de liquidez e de política bancária, portanto, evitaram uma crise de liquidez que, se desencadeada, restringiria de forma aguda o crédito e tornaria inevitável uma recessão de grandes proporções na economia. Um instrumento importante para a recuperação da capacidade de concessão de novos financiamentos por parte dos bancos de menor porte foi a garantia concedida pelo Fundo Garantidor de Crédito aos depósitos a prazo emitidos por esses bancos.

A medida anticíclica mais destacada do nosso ponto de vista não veio nem da área fiscal, nem da política monetária ou de liquidez, a despeito da inegável relevância de cada uma delas. Veio, sim, da orientação que o governo transmitiu aos seus bancos

(Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES) para que ampliassem seus financiamentos. No início da crise o crédito dos bancos públicos representava cerca de 35% do crédito total, percentual que subiria a 41% (percentual de fevereiro de 2010). No contexto em que os bancos privados contraíam os seus financiamentos, foi esse espaço ocupado pelos bancos públicos o determinante por não ter havido na economia uma crise de crédito entendida esta não somente como a contração do volume de financiamentos concedidos, mas também como uma onda de falências de empresas e de liquidação de ativos. O crédito se retraiu de fato, o que trouxe consequências negativas para a atividade econômica, mas logo pôde ser recomposto, como veremos em seguida.

Nos casos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, a orientação do governo no sentido de que essas instituições ampliassem seus financiamentos encontrava correspondência em um grande crescimento da sua captação de recursos, dada a maior preferência do público em manter, no momento de crise, seus saldos de recursos junto aos bancos oficiais. No caso do BNDES, suas operações de crédito já vinham aumentando de forma acelerada antes da crise em função do boom de investimentos em grandes projetos que após uma ausência de mais de três décadas voltou a se apresentar na economia brasileira. Nesse caso, a orientação do governo que por todos os ângulos foi acertada, foi não interromper o financiamento das inversões que de outra forma não seriam realizadas, dada a retração do crédito externo e doméstico e o refluxo que se observava no mercado brasileiro de capitais. Além disso, como já foi visto, o BNDES financiou oportunidades abertas pela crise para aquisições e fusões sob o comando de empresas nacionais, no país e no exterior.

Em suma, propriamente relacionados à defesa do nível de atividade durante a crise e indutores da recuperação após a recessão do último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, podem ser relacionados os instrumentos monetário o qual, todavia, veio com relativo atraso; o instrumento fiscal que, no entanto, pode ser considerado tímido se comparado aos esforços empreendidos em outros países; o instrumento da liquidez, que mais propriamente defendeu o sistema bancário contra o risco de uma crise; e o crédito dos bancos públicos, este sim, o mais ativo promotor da defesa da economia contra a crise e da restauração das condições de volta do crescimento.

Ao lado desses fatores, foi decisiva a manutenção pelo governo das políticas que já estavam em curso, o que teve por consequência a preservação, durante a crise, de certo de nível de gasto e de crédito na economia. Assim, o governo não abriu mão dos vultosos investimentos programados pela Petrobrás e dos demais programas do PAC e procurou ampliar esses investimentos. Criou também dois outros programas relevantes. O primeiro, na área de habitação (“Minha casa, minha vida”), terá maior impacto a partir de 2010; o segundo, transitório (com validade até 31/12/2009, depois prorrogado para 30/6/2010), foi adotado em meados de 2009 na área do investimento. O “Programa de

sustentação do investimento”, PSI, pode ser concebido como um capítulo da exitosa política de crédito adotada durante a crise e teve grande efeito sobre o investimento corrente, notadamente no investimento mais “leve” (voltado à aquisição de máquinas e equipamentos). Consistiu na redução para 4,5% ao ano da taxa de juros dos financiamentos do BNDES para a compra de bens de capital, praticamente tornando nula a taxa real de juros dos financiamentos de parcela considerável do investimento no país.

Não houve retrocesso em outras decisões do governo como ampliar e reajustar as transferências para famílias pobres (o programa “Bolsa Família”) e na concessão de aumento do salário mínimo. O governo também não restringiu o direcionamento do crédito, como por exemplo, no sistema que vincula a captação da caderneta de poupança que teve significativo aumento no ano da crise com o financiamento de moradias. Com isso, foi possível amortecer a queda no setor de construção habitacional. Não houve recuos ainda em programas de elevação dos salários de servidores públicos, mas nesse caso um adiamento ou reprogramação não teria ônus para o crescimento econômico. Com essas medidas, às quais se somariam outras como a ampliação do seguro desemprego, o governo preservou o seu já elevado nível de gasto público sobre o PIB, aumentou o investimento público e ampliou o impacto do gasto por ele induzido na economia.

Isso teve consequência relevante porque evitou que a crise se propagasse para toda a economia brasileira. A sustentação do gasto público “blindou” o setor serviços da economia, responsável por 60% do PIB e grande empregador. Este setor, salvo em segmentos de maior relação com a dinâmica agroindustrial, a exemplo de transportes, praticamente não foi afetado pela crise. Isso significa dizer que os efeitos desta no Brasil, embora graves, ficaram restritos aos setores da indústria e da agropecuária. Nesses casos era inevitável um grande impacto inicial da crise internacional, dada a sua natureza - tratou-se de uma ampla e gravíssima crise de confiança - e as mudanças por ela repentinamente provocadas nas decisões de longo prazo, na disponibilidade do crédito e no comércio exterior. Isso afetaria fortemente a agropecuária (pelo encolhimento do crédito e do comércio mundial) e, sobretudo, a indústria (pelos mesmos fatores, acrescidos da retração do investimento em decorrência do colapso das decisões de longo prazo). Por essas razões, o primeiro desses setores declinaria 5,2% no ano da crise, a indústria, 5,5%, enquanto o setor de serviços mantinha crescimento de 2,6%.

Por outro lado, o gasto público, na medida em que preservou o emprego no setor de serviços, protegeu a atividade em segmentos produtores de alimentos e de bens industriais básicos para a população. Isso não impediu, no entanto, uma onda de demissões com dispensas líquidas de trabalhadores formais acumuladas entre outubro de 2008 a março de 2009 de 692 mil pessoas. Mas, apesar disso, deve ser notado que as demissões ocorreram na indústria (493 mil) e agropecuária (227 mil), mas não no

comércio (que no mesmo período contratou 47 mil pessoas) e em serviços (67 mil). Deve ser sublinhado ainda que após esse período todos os setores ampliaram as contratações.

Por não prosperar o desemprego, não aumentou a inadimplência no crédito familiar. Isso, aliado à disposição dos bancos oficiais de deterem fatia maior no crédito pessoal e ao consumidor o que suscitou uma reação competitiva da parte do segmento privado fez com que já no segundo trimestre de 2009 voltasse a crescer o crédito para as pessoas físicas. No segundo semestre ocorreria um início de retomada do crédito para as empresas.

Em suma, a manutenção e o aumento do nível do investimento e do gasto público e a ampliação do crédito em plena crise, foram os determinantes do êxito brasileiro em responder à crise internacional e superá-la com rapidez, minimizando a retração do PIB em 2009. A ampliação do crédito pode ser considerada fator ativo mais relevante para a retomada do crescimento da economia a partir do segundo trimestre do ano passado. Se o Brasil tivesse se aproximado mais de outros países em termos de arrojo na execução de políticas fiscais e de juros, como no caso da China e dos países desenvolvidos, talvez sua economia nem tivesse entrado em recessão e teria acumulado crescimento no ano crítico de 2009.

## RESENHAS

**LIVRO:** Patrick Artus e Marie-Paule Virard  
*Est-il trop tard pour sauver l'amerique?* Paris: Le Monde / La Découverte, 2009.

Alessandro Cesar Ortuso<sup>1</sup>

Na capa da edição argentina da obra de Patrick Artus e Marie-Paule Virard a figura de Barack Obama.<sup>2</sup> Faz frio. Em pé, com as mãos no bolso do casaco preto e com cabeça virada para sua direita, ele mira o horizonte. Está sozinho. Pensativo, parece precisar de um momento de solidão antes de continuar sua caminhada na Grande Muralha da China. Atrás dele, a Muralha segue imponente até desaparecer no alto do morro. Sabe-se que ela não termina aí, mas que segue adentrando milhares de quilômetros neste grande País continental.

O que será que se passa na cabeça do líder da maior economia do mundo neste cenário tão distante de sua terra natal? Esta parece ser a pergunta central do livro editado pelo *Le Monde Diplomatique* e escrito pela dupla Patrick Artus e Marie-Paule Virard. O primeiro, um acadêmico especializado em economia internacional. O segundo, uma jornalista econômica. Uma combinação bem sucedida que fica evidente na linguagem simples e direta usada para tratar de problemas tão complexos. Para tentar desvendar o que se passa na cabeça de Obama. O líder que se elegeu com a promessa de salvar os Estados Unidos da mais grave crise econômica e social de sua história.

Os dois primeiros capítulos analisam o fim do “modelo estadunidense” de crescimento econômico. Um modelo essencialmente baseado no consumo desenfreado e no endividamento das famílias. Não por acaso, a proporção endividamento/renda-disponível chegou aos impressionantes 140%. Um número que não pode mais ser superado. O crédito secou. É fundamental entender porque e como isso aconteceu. É fundamental analisar as conseqüências do fim deste processo para a economia mundial e, principalmente, para a vida da grande maioria dos habitantes deste planeta. Como dizem os autores: “parece que a sorte da economia mundial dependia dos cartões de crédito das famílias estadunidenses”.

Para tais famílias o fim deste modelo pode ser traduzido pelo despertar de um sonho. O fim do chamado “*American Dream*”. O livro cita a frase de um famoso humorista americano que diz: “*It’s called the American Dream because you have to be asleep to*

<sup>1</sup> Professor da Facamp – Faculdades de Campinas e pesquisador do CESIT/IE/Unicamp.

<sup>2</sup> Patrick Artus e Marie-Paule Virard. *¿Puede salvarse Estados Unidos? – China se prepara para ganar la partida*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

*believe it*". Uma pesquisa de agosto de 2008, feita para a convenção do Partido Democrata, mostra que 79% dos americanos consideram que o "sonho americano" está cada vez mais difícil de ser alcançado". Uma percepção fundamentada pelo grande crescimento das taxas de desemprego, pelo enorme avanço da desigualdade de renda, pela explosão da pobreza, pela falta da cobertura de saúde, pela quebra dos planos de aposentadoria e, principalmente, porque o elevador social está fora de serviço. Três de cada quatro americanos consideram ser "hoje verdade que os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres".<sup>3</sup>

A pobreza e a desigualdade não podem mais se esconder sob o véu do consumismo em massa. Vale dizer, até então as famílias americanas tinham uma falsa sensação de mobilidade social porque atrelavam a enorme gama de produtos consumidos com uma melhora na escala social. O acesso a casas com piscinas e a enormes automóveis beberrões fabricados para atravessar desertos inóspitos, ajudou a manter vivo o sonho americano. O sonho de seus mais antigos antepassados, isto é, dos primeiros colonizadores que acreditavam na capacidade individual de cada um para ascender e fazer fortuna por meio do trabalho árduo.

Mas, a verdade é que essa ilusão de mobilidade só foi possível por meio de outras: por meio da ilusão do enriquecimento ilimitado fundado no valor crescente dos imóveis. Isso proporcionou uma oferta crescente e generalizada de crédito aos consumidores. O endividamento era visto como um símbolo exterior de riqueza. Vale aqui citar slogans de algumas campanhas publicitárias: "*Live Rich*" (Citicorp); "*The smartest place to borrow? Your place*" (Fleet); "*A home could be the ticket to whatever your heart desires*" (Citigroup); "*Need cash? Use your Home*" (Banco Popular).

Essa ilusão alimentou a criação de uma série de derivativos financeiros. Um dos mais criativos deles foi o chamado ABS – *Asset Backed Securities*. Foi justamente por meio destes derivativos que muitos países passaram a financiar o endividamento das famílias americanas. O mundo passou a comprar tais papéis até então classificados como "*triple A*" pelas agências de risco. Dessa maneira, a crise, quando chegou, já não era mais nacional. Se adicionarmos a esse contexto os famosos "déficits gêmeos" dos EUA, fica mais fácil entender a desconfiança mundial em relação ao país emissor da moeda reserva internacional.

Os capítulos finais discutem as possibilidades de solução para uma crise mundial que tem como centro da gravidade a economia dos EUA. Uma economia que perdeu sua base industrial tradicional e se especializou em tecnologias *high-tech*. Uma indústria que gera muitos poucos empregos de boa qualidade. A maioria dos empregos está

---

<sup>3</sup> "Trends in political values and core attitudes:1987-2007", The Pew Research Center for the People and Press, March, 22<sup>nd</sup> 2007.

concentrada na área de serviços. Grande parte deles, serviços pessoais ligados à desigualdade de renda. São ocupações instáveis que pagam salários muito baixos.

A infra-estrutura da economia norte-americana também se encontra numa situação deplorável. Basta dizer que mais de um quarto das 600.000 pontes de todo seu território estão condenadas. Para repará-las são necessárias mais de 9 bilhões de dólares anuais durante 20 anos. É preciso ainda reformar e construir aeroportos, estradas, redes de comunicação, ferrovias, etc.

São essas as questões que devem rondar a mente de Obama. E ele sabe que o povo americano não aceitará outro lugar que não o primeiro. Esse é o país da “Utopia Realizada”. A terra da liberdade e das oportunidades. Onde a prosperidade individual só depende do esforço de cada um.

Entretanto, hoje, o grande problema é que a realização dessa utopia não pode ignorar o papel da China na economia mundial. Não pode ignorar o instável e perigoso equilíbrio que se estabeleceu entre as duas economias. Do lado chinês, a manufatura do mundo que recebeu em seu território grande parte da tradicional indústria norte americana. Do lado dos EUA, o maior mercado consumidor do mundo. Um consumo financiado com base numa riqueza fictícia que só se sustenta porque os chineses, detentores das maiores reservas em dólares do mundo, continuam comprando títulos do Tesouro americano.

Em suma, esse modelo que sustentou a economia mundial com base no endividamento norte-americano não pode mais se sustentar. É preciso repensar o papel do consumo numa sociedade de massas. A muralha que se ergue contra esse modelo é muito grande. E Obama sabe disso.